

**ARRAIA DE FOGO, DE J.M. VASCONCELOS:
A DUREZA DA SELVA E OS ABNEGADOS NOVOS BANDEIRANTES**

Márcio Matiassi Cantarin
PG-UEL e FAFIL Carlos Queiroz

RESUMO:

Na explicação do romance *Arraia de Fogo*, José Mauro de Vasconcelos diz não ter tido a preocupação de fazer uma obra que divertisse o leitor e sim que mostrasse “ao comodismo da cidade uma parte do Brasil desconhecido”. Tal é o papel do romancista neste caso, o de mediador entre o homem branco e o índio, ou antes, entre duas culturas, tão diferentes. O objetivo do trabalho é destacar a importância do autor para a divulgação e preservação do que ainda resta da cultura indígena no Brasil.

*“O rio não tem tartarugas. O mato não tem arara vermelha.
E Deus é uma coisa completamente sem necessidade...”*
(Vasconcelos, 1969, p. 28)

O romance *Arraia de Fogo*, do carioca José Mauro de Vasconcelos (autor mais lembrado quando se fala em *Meu pé de Laranja Lima*) saiu do prelo em 1955, abordando entre outras coisas, um assunto delicado do quadro político de então: a demarcação de terras indígenas na região do Xingu, para a criação de um Parque Nacional de grande extensão territorial, à época apenas um projeto do governo e um sonho dos irmãos Villas Boas.

Ainda assim, o autor aparentemente não tinha receio quanto às consequências que o livro poderia lhe trazer e deixa escorrer por suas páginas denúncias de vendas das terras indígenas na região e do descaso intencional da Fundação Brasil Central - FBC para com os silvícolas.

Antes, porém, de se enveredar por este e outros assuntos, sobre os quais o presente trabalho se desenvolverá, cumpre a observação de alguns trechos da explicação de abertura da obra:

“...sempre procurei mostrar ao comodismo da cidade uma parte do Brasil desconhecido ...

Quero apenas apresentar o que realmente existe sobre a dureza da selva,... A selva nua, sem fantasias jornalísticas ou sensacionalismo de

manchetes. A selva do herói cotidiano, onde êle permanece não só no bom tempo do turismo, mas sempre.

Quero também, na minha história, ressaltar minha grande admiração por Orlando e Cláudio Vilas Boas. ... Quem conhece o seu rosto triste [de Cláudio] e sua paciência, grava na memória a verdadeira máscara do bandeirante desinteressado, do homem que oferece a vida sem dela nada esperar, para um futuro menos ingrato daqueles que moram na selva.

... quando a gente não pode dizer a verdade completa e conta algo semelhante à verdade, não está traindo a verdade. Por isso, não temo as conseqüências que êste livro possa trazer-me...” (Vasconcelos, 1969, p. 8)¹

Têm-se daí a informação de a história conter fatos e personagens reais da época da ação.

O tempo, aliás, não pode ser precisado exatamente apenas com as informações contidas na história: depreende-se que a ação acontece depois de 1945 (num dado momento da narrativa o personagem Caiá relembra a devastação das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki) e se estende até 1954, mais precisamente um dia depois do suicídio do presidente Getúlio Vargas – citado no último capítulo – mesmo dia do suicídio de Caiá. Tem-se, portanto, a demonstração da contemporaneidade dos episódios do livro, motivo pelo qual o autor poderia temer por conseqüências, face ao exposto na obra.

Cumprido aqui, antes do prosseguimento das explanações, fazer algumas considerações sobre dois órgãos oficiais bastante citados pelo autor:

Serviço de Proteção aos Índios: Criado em 1910, o SPI terá, até a proposta de criação do Parque Nacional do Xingu, uma postura de reserva de terras aos índios a fim de assegurar-lhes a sobrevivência enquanto se dava a transição desses povos da condição de índios a “trabalhadores nacionais”. Estando as citadas reservas circundadas pela sociedade nacional, funcionavam, na verdade, como reserva de mão-de-obra para um mercado de trabalho em expansão. Essa política de fixação dos grupos em limites impostos pelo colonizador, chamada de “sedentarização”, tinha por objetivo prover uma base territorial necessária à reprodução física, porém não cultural dos

¹ Optou-se por manter a grafia do texto original, aqui e em outras transcrições ao longo do artigo.

grupos tribais. Tal linha de atuação tem seu teor mudado com a proposta do Parque, que se assentava sobre a idéia de criação de uma reserva de grande extensão territorial, conservação da natureza e estágio cultural dos grupos e controle do contato, como bem atesta a fala de Orlando Villas Boas:

“Quando se defende a terra do índio, não queremos circunscrever a terra só àquela necessária à sua sobrevivência, sua subsistência, queremos dar ao índio também o mesmo direito que damos a nós de defender uma pátria enorme.” (Villas Boas, 1979, p. 1.078)

Fundação Brasil Central: A FBC foi instituída em 1943, durante o Estado Novo, atuando até 1967 e tinha por objetivo, como consta na redação do artigo 2º de seu estatuto, “o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Oriental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu”. Depreende-se daí amplos poderes sobre a região de competência de sua atuação, subordinada que era, diretamente a presidência da República. Produção e controle do comércio de áreas produtoras de berilo e tantalita era apenas um de seus atributos.

Retornando à obra, verificar-se-a que seu enredo tem mesmo um caráter de crônica, apresentando uma história vivida pelo autor junto a Orlando e Cláudio Villas Boas e aos índios daquele sertão bruto. Ainda mais impressionados ficariam os “comodistas da cidade” ao descobrirem não se tratar reais apenas os nomes de pessoas conhecidas – os Villas – tomados na narrativa. Também vários dos índios citados são reais, como é real a história da “gripe” que assola o Posto do Serviço de Proteção aos Índios - SPI e as comunidades de seu entorno (uma entre tantas, aliás). Lituari, o cacique do pequeno grupo trumai, por exemplo, e o filho pequeno que não pode morrer, pois deverá ser o novo líder do povo, também são reais, (FIG. 1 e 2) como é real o chefe guerreiro Krumare, dos Txucarramãe. (FIG. 4) Tais fatos, somados às informações colhidas da explicação do autor, corroboram com a idéia de serem reais também as denúncias contra a Fundação Brasil Central, coisas as quais o “comodismo da cidade” dificilmente ficaria

sabendo, ou se viesse a saber não se sensibilizaria, não fosse a mediação de Vasconcelos narrando os fatos de forma bastante crua.

Evidenciar o autor enquanto instrumento de mediação entre os índios e os caraibas, antes, entre dois povos, duas culturas tão distintas: esse é o primeiro passo dado pelo presente artigo. José Mauro desconstrói, desmistifica a imagem do índio para os seus leitores. A vida imaginada dos índios - aquela que muitos pediram a Deus - rede na sombra, pescaria na barranca do rio, ausência de trabalho institucionalizado, não existe. Ao menos não depois do contato com o homem branco. A vida do índio xinguano não é um paraíso. É o que *Arraia de Fogo* revela. Denuncia que a “terra sem males” ia ficando cada vez mais distante, não apenas como fruto inevitável da colonização que se processou, mas no dia-a-dia, fruto de novos expedientes dos brancos que queriam mais, até o esgotamento total das possibilidades econômicas dessa rica fonte chamada Brasil Central... E a brigar contra isso, entre tantos outros atributos, se encontram aqueles chamados de novos e abnegados bandeirantes, que são vários, apesar de o grande destaque, segundo a visão de Vasconcelos, seja merecido por Cláudio Villas Boas.

A diferença fundamental entre as bandeiras e as incursões dos sertanistas em meio aos índios pode-se divisar na frase de Rondon tomada por lema do Serviço de Proteção aos Índios - SPI: “Morrer, se preciso for; matar, nunca!”, explicada ainda: “As bandeiras modernas não possuíam o direito das de outrora: a força da morte.”(Vasconcelos, 1969, p. 50)

E certamente por não possuir, ou ainda não desejar essa “força” é que se trata de abnegação; abster-se de matar, num ambiente que constantemente o ameaça de morte. A prova cabal do desinteresse (ao menos material) desses homens é justamente não querer usar desse “direito” que pressupõe o benefício exclusivo do bandeirante. Mas não aqui. Não no Posto Capitão Vasconcelos (atual Posto Leonardo Villas Boas). Para esses bandeirantes importa somente a possibilidade de uma existência minimamente digna para os povos da floresta, para os

quais o sonho da terra sem males tornou-se impossível depois de confrontar com os brancos. A função dos bandeirantes agora será o que eles chamam de “pacificação”.

O contexto pós-colonial não comporta um retorno à situação pré-colonial. Não há retorno no processo dinâmico da História. A pacificação, essa aproximação/proposta de colaboração/convivência é outro processo, inevitável agora, e que demanda esforços paliativos do impacto inicial e catastrófico dos primeiros bandeirantes. Dentre esses esforços, tem destaque no romance os mais corriqueiros e imediatos - provimento da alimentação, proteção dos diversos grupos (principalmente os com menor número de integrantes), luta contra as epidemias trazidas pelos brancos, etc – protagonizados, estes momentos, por diversos personagens, mais uma vez com ênfase para a pessoa de Cláudio. Outros esforços de mediação aparentes na obra podem ser enquadrados como de caráter duradouro ou transformador, a cargo estes, principalmente de Orlando que se ausentava com maior frequência de Capitão Vasconcelos para tratar de assuntos inerentes à criação do Parque Nacional do Xingu. Atitude que asseguraria aos silvícolas uma situação mais confortável que a vivida naquele momento. Situação-alvo do extermínio para venda das suas terras, como denunciado no trecho que segue:

“Que crueldade da Fundação Brasil Central. Não. Não havia dúvidas. Eles queriam matar os índios, acabar de vez com suas vidas, para poder efetuar sem dificuldades as transações de suas terras.” (Vasconcelos, 1969, p. 56)

E adiante:

“– Tudo vendido! A serra do Cachimbo, a lagoa do Ipavu, até a terra que pisamos, isto é, o pôsto Capitão Vasconcelos...” (Vasconcelos, 1969, p. 259)

Apenas isso já se mostra como um ataque sonoro e direto por parte do autor. O que fica claro em outras diversas passagens é que o narrador de *Arraia de Fogo* chega à conclusão acima depois de verificar que os agentes da FBC – após proibir a entrada dos Villas Boas na Base do

Jacaré, que estes haviam construído – deixaram os índios entregues a própria sorte, contaminados “ao contato das mais baratas doenças dos conquistadores miseráveis” que os “brancos responsáveis pelo posto” lhes transmitiam. Sem ter qualquer tipo de auxílio os índios acabavam recorrendo, resignados, aos velhos amigos do Serviço.

É de crer que essa “revolta” que o autor parece querer passar ao leitor tenha à época surtido interessante efeito sobre aqueles que tinham uma visão mistificada daquele território devido à atuação da imprensa - sensacionalista na maioria das vezes - que, segundo consta, mostrou-se interessadíssima pelo assunto desde meados da década de 1940. A informação de que a FBC estava vendendo tudo, guardado o exagero da afirmação, certamente causou impacto, confrontada às belas imagens de índios (escolhidos a dedo, diga-se de passagem) posando para fotos ao lado de autoridades na mesma região.

Além disso, observa-se ataques de ordem pessoal aos “inimigos” dos Villas Boas:

“Tinha esperança de que um dia mudassem o presidente da Fundação Brasil Central e viesse um que se tornasse amigo dos irmãos Vilas Boas e do Serviço de Proteção aos Índios.” (Vasconcelos, 1969, p. 125)

O referido presidente da FBC era o senhor Arquimedes Pereira Lima, opositor declarado e ferrenho dos Villas Boas, da criação do Parque Nacional do Xingu e adepto de projetos de colonização nas áreas outrora atravessadas pela rota da Expedição Roncador-Xingu, que desbravara a região anos atrás.

O último capítulo do romance comporta nova tentativa de José Mauro nesse ajuntamento de forças pela causa indígena: faz coincidir a morte de seu protagonista com a do presidente Getúlio Vargas, fato que admite mais uma consideração pertinente:

“ – Café Filho, subindo ao poder, demitirá o chefe da Fundação Brasil Central e...
– Verdade. É capaz de agora sair o Parque Xingu.” (Vasconcelos, 1969, p. 259)

Café Filho, o vice de Vargas, havia visitado o Alto Xingu em 1948 quando era deputado e tornara-se entusiasta e estimulador da idéia do Parque. Mas não foi ainda desta vez que o sonho tornou-se real. E a respeito disso é interessante notar o comentário do personagem Quilomo:

“– Quano êles tão pur baixo primete uma purção de coisa. Quano sobe, s’isquece.” (Vasconcelos, 1969, p. 259)

Este “esquecimento” tinha na verdade uma gama de fatores para que de fato se instaurasse, o principal dizia respeito à discordância entre FBC e SPI quanto ao tamanho da área do Parque.

Em abril de 1961, quase sete anos após a morte de Getúlio, fato que produzira uma pequena esperança no coração daqueles bandeirantes, depois de mais dois presidentes terem ocupado o poder (Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek) e depois de um sem número de esforços e mediações além dos descritos em *Arraia de fogo*, através de decreto do presidente Jânio Quadros, foi finalmente criado o ***Parque Nacional do Xingu***, com área de aproximadamente 22.000 quilômetros quadrados, como queriam os Villas Boas para “dar ao índio também o mesmo direito que damos a nós de defender uma pátria enorme.”

ANEXOS:

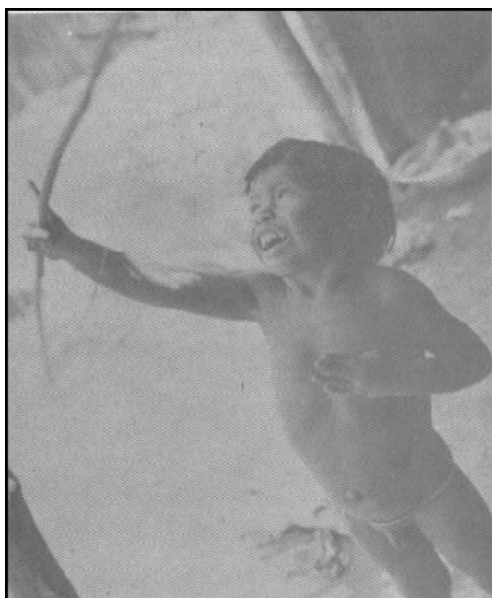


FIG. 1 - O filho mais novo de Lituari

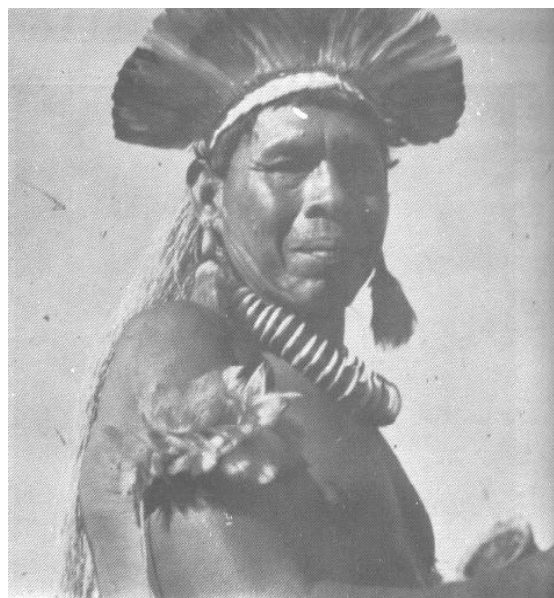


FIG. 2 - Lituari, cacique Trumai, personagem de Vasconcelos.

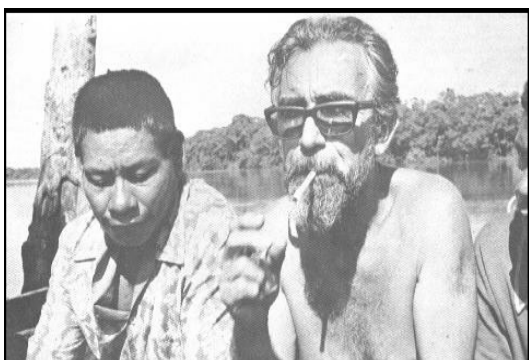


FIG. 3 - Cláudio e um índio Kreen-akarore, uma das últimas pacificações.



FIG. 4 - Cláudio Villas Boas com o caiapó Krumare, ambos personagens de *Arraia de Fogo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

VASCONCELOS, José Mauro de. *Arraia de Fogo*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

VILLAS BOAS, Cláudio. “As fantásticas histórias do Xingu”, *Revista de Atualidade Indígena*. Brasília: FUNAI, 1977, nº 5.